



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

Aos 04 dias do mês de abril de 2023, pelas 15:09 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na(o) Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Audição do Banco de Portugal, no âmbito do [requerimento](#) do GP PSD sobre a atuação do sector bancário na comercialização ou pedidos de renegociação de crédito habitação e o desajustamento dos juros nos depósitos a prazo em face das condições de mercado.**
2. **Discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 70/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Proceda à aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares;**
3. **Discussão e votação indiciária do texto de substituição apresentado para o [Projeto de Lei n.º 479/XV/1.ª \(PS\)](#) – Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, [Projeto de Lei n.º 465/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim à cobrança de comissões bancárias abusivas a todos os titulares de crédito, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto e [Projeto de Lei n.º 466/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim aos limites de transferências por homebanking e por aplicações de pagamento operadas por terceiros no âmbito das contas de serviços mínimos bancários, procedendo à alteração do Decreto-Lei nº 27-C/200, de 10 de março;**
4. **Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade;
Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)**
5. **Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 562/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo que tome medidas decisivas no combate à inflação;**

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

6. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 521/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos;
7. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 580/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo Sísmico e para Desastres Naturais;
8. Designação de relator do parecer da [Proposta de Lei n.º 66/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) – Certificação de imóveis de habitações económicas ou de habitações de custos controlados - Proceda à alteração do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro e da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro;
Cabe ao GP BE
(6.ª CEOPPH em conexão)
9. Designação de relator do parecer da [Projeto de Lei n.º 684/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Devolução de verbas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) a fim de reduzir o preço dos prémios de seguro automóvel [Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto];
Cabe ao DURP L
10. Designação de relator do parecer da [Projeto de Lei n.º 660/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Programa de regularização de dívidas com fins sociais;
Cabe ao GP PS
(10.ª CTSSI em conexão)
11. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE, para audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;
12. Outros assuntos.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

1. Audição do Banco de Portugal, no âmbito do requerimento do GP PSD sobre a atuação do sector bancário na comercialização ou pedidos de renegociação de crédito habitação e o desajustamento dos juros nos depósitos a prazo em face das condições de mercado.

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), Deputado Filipe Neto Brandão, iniciou os trabalhos, cumprimentando o Senhor Governador do Banco de Portugal Professor Doutor Mário Centeno, enquadrando a presente audição no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar (GP) do PSD.

Após a explicitação da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da COF informou que o Senhor Governador do Banco de Portugal pretendia apresentar uma nota introdutória, questionando o requerente sobre se existiria algum obstáculo, ao que foi respondido negativamente.

Feita a exposição pelo Senhor Governador do Banco de Portugal, foi dado início à primeira ronda, na qual usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Vera Braz (PS), Rui Afonso (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), Duarte Alves (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Rui Tavares (L), tendo o Senhor Governador do Banco de Portugal respondido individualmente a cada uma das perguntas colocadas.

No decorrer da primeira ronda, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) fez uma interpelação à Mesa, reproduzindo os números do Instituto Nacional de Estatística, a propósito da remuneração média mensal, cujos dados seriam muito diferentes, no seu entendimento, da informação prestada pelo Senhor Governador do Banco de Portugal.

O Senhor presidente afirmou que, no decurso da audição, esta matéria seria passível de ser abordada, assim como o GP PSD poderia, no âmbito da segunda ronda, formular questões sobre ela.

Em sede de segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Vera Braz (PS), Rui Afonso (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), Duarte Alves



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

(PCP), Mariana Mortágua (BE) e Inês de Sousa Real (PAN). O Senhor Governador do Banco de Portugal respondeu conjuntamente às questões colocadas.

No âmbito de terceira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Alexandre Simões (PSD) e Rui Tavares (L), tendo o Senhor Governador do Banco de Portugal respondido ao conjunto de questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Senhor Governador do Banco de Portugal, dando por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

2. Discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 70/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Procede à aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares;

Antes de iniciar votação da proposta referenciada *supra*, o Senhor Presidente questionou se algum dos Senhores Deputados pretendia intervir, seguindo a ordem de entrada das propostas de alteração.

Usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), que apresentou as propostas de alteração referentes ao GP PCP, afirmando prenderem-se com a ideia de que a descida do IVA deveria ser acompanhada do controlo sobre as margens, de modo a garantir uma redução efetiva dos preços. Declarou que seria muito difícil fazer a fiscalização do IVA 0% e que não existiam garantias de que a aplicação desta medida se repercutiria nos preços, prevendo a possibilidade de incorporação, por parte das grandes distribuidoras, da diferença do valor do IVA, através do preço elevado, propondo o controlo de margens das grandes distribuidoras e a sua utilização para a diminuição do esforço das famílias. Adicionalmente, o Senhor Deputado propôs a redução do IVA incidente sobre a energia para a taxa mínima, assim como a taxa de 13% para as telecomunicações, defendendo o controlo de preços para ambos também. Por fim, foi ainda proposta, no âmbito dos combustíveis, o controlo de margens sobre a refinação, visando-se descida do respetivo preço, afirmando o Senhor Deputado que,



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

da maneira referida, ficaria assegurada a diminuição efetiva de preços, não só para os alimentos, mas também para outros produtos.

Seguindo a ordem de entrada das propostas de alteração, tomou a palavra o Senhor Deputado Rui Tavares (L), que manifestou perplexidade com a proposta de lei supracitada, pois no seu entender, o Governo houvera afiançado que uma medida deste género não seria eficaz, acrescentando que esta iniciativa seria uma resposta do Governo face a uma folga orçamental maior do que o esperado, tendo sido desenvolvida sem grande preparação no ponto de vista técnico, defendendo que seria mais positivo adotarem-se outras medidas de proteção às famílias, como o aumento dos seus abonos. Fez referência à diferença das medidas plasmadas no contexto nacional relativamente às opções de Espanha, nomeadamente no que toca à criação de uma comissão de acompanhamento; porém, declarou ter ficado surpreendido por o Governo não a ter incluído no diploma, quando esta teria sido mencionada. Deste modo, asseverou que a sua proposta preveria essa comissão na lei, para que existisse uma pressão efetiva sobre os agentes económicos. Em adição, outra alteração promovida foi a previsão de um plano alternativo, propondo a criação de um gabinete de crise para o controlo de margens, caso a redução do IVA não funcionasse, apelando à necessidade de aplicar medidas efetivas.

De seguida, interveio a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), que começou por defender que tinham ficado de fora da isenção produtos que, no seu entendimento, seriam essenciais para os intolerantes à lactose ou para quem seguisse uma dieta vegetariana, propondo a inclusão de leites e iogurtes de origem vegetal. Por outro lado, no âmbito proteico, afirmou que produtos como o tofu ou as lentilhas não estariam abrangidas, vedando-se as pessoas que optam por uma alimentação vegetariana do seu consumo isento de IVA, pretendendo-se a sua inclusão também. No tocante à vigência do diploma, a Senhora Deputada declarou que as alterações incluíam a autorização da prorrogação da vigência do diploma até ao final do ano, caso se verificasse um agravamento do custo de vida, devido à inflação ou taxas de juros para o crédito à habitação. Por fim, defendeu que não faria sentido a contratação, por parte do Governo, de entidades externas para a fiscalização das medidas previstas no diploma, podendo tal passar pela atividade da Autoridade da Concorrência, prevendo a proposta de alteração do PAN a elaboração de um relatório neste sentido,



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

acompanhado do respetivo enquadramento contraordenacional em caso de incumprimento, assim como a inclusão da alimentação dos animais de companhia nas medidas, para cobrir as necessidades das famílias não só num ponto de vista alimentar, mas também macroeconómico.

Seguidamente, o Senhor Deputado Rui Afonso (CH) afirmou que a sua proposta iria no sentido de alargar o âmbito e o número de produtos associados à isenção de IVA, considerando que as medidas em causa deveriam servir não só para as pessoas sobreviverem, mas também para viverem, devendo ser adaptadas às dietas praticadas pelos portugueses, nomeadamente abrangendo a alimentação mediterrânica, os intolerantes à lactose e veganos. No que tange à vigência das medidas, o Senhor Deputado considerou seis meses um prazo demasiado curto, até devido à adaptação dos programas de faturação, propondo a possibilidade de prorrogação para doze meses. No âmbito do acompanhamento, estranhou a opção do Governo no sentido de criar uma comissão de acompanhamento independente, com recurso a empresas privadas, quando entidades como a ASAE, a Autoridade Tributária ou a Autoridade da Concorrência seriam, no entender do Senhor Deputado, capazes para fazer a monitorização de preços.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que considerou a proposta em questão muito incongruente, nomeadamente por não abranger a globalidade dos alimentos, afirmando que o Estado estaria a definir o que se deveria ou não comer, dando o exemplo da diferenciação de tratamento fiscal entre o melão e a melancia. Deste modo, o Senhor Deputado afirmou que não se deveria cair no mesmo erro que o Governo, alargando o âmbito das medidas e adicionado certo tipo de produtos alimentares em detrimento de outros. No entanto, apontou uma exceção, que corresponderia aos alimentos sucedâneos para intolerantes, em especial à lactose, por se tratar de uma questão de saúde das pessoas. O Senhor Deputado concluiu, declarando que não optava por inserir mais produtos no cabaz, devido ao risco em deixar outros de fora, a menos que a regra fosse generalizada para todos os alimentos.

Por fim, a Senhora Deputada Jamila Madeira (PS), comunicou iria apresentar uma proposta de alteração oral relativamente ao artigo 3.º do diploma, quando esta fosse votada, referente ao início de vigência, principiando este em 18 de abril de 2023, até 31 de outubro do mesmo ano, com a concordância de todos os participantes do pacto de

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

descida do preço dos alimentos, permitindo-se a antecipação da entrada em vigor da proposta de lei.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou as propostas de alteração e os artigos da supracitada iniciativa a votação. O registo dos sentidos de voto de cada grupo parlamentar, em cada artigo e proposta de alteração, consta do [Guião de votação preenchido](#), disponível na página eletrónica da iniciativa.

- 3. Discussão e votação indiciária do texto de substituição apresentado para o [Projeto de Lei n.º 479/XV/1.ª \(PS\)](#) – Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, [Projeto de Lei n.º 465/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim à cobrança de comissões bancárias abusivas a todos os titulares de crédito, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto e [Projeto de Lei n.º 466/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim aos limites de transferências por homebanking e por aplicações de pagamento operadas por terceiros no âmbito das contas de serviços mínimos bancários, procedendo à alteração do Decreto-Lei nº 27-C/200, de 10 de março;**

O Senhor Presidente informou que o GP CH solicitara previamente o adiamento do presente ponto para a reunião seguinte.

O Senhor Deputado Rui Vilar (PSD) aproveitou para informar que o GP PSD iria retirar a proposta de aditamento do n.º 4 ao artigo 3.º-D do texto de substituição supracitado.

O Senhor Presidente agradeceu a antecipação e comunicou que, no momento da votação indiciária, seria formalizada essa retirada.

- 4. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade;
Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) apresentou o parecer do qual foi relator.

O Senhor Presidente cumprimentou o Senhor Deputado Relator e felicitou-o pela elaboração do parecer, colocando-o a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE, IL, PAN e L.

5. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 562/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo que tome medidas decisivas no combate à inflação;

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) informou que o projeto de resolução *supra* deveria ser discutido em Comissão.

6. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 521/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos;

A Senhora Deputado Jamila Madeira (PS) solicitou o adiamento do presente ponto para a reunião seguinte.

7. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 580/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo Sísmico e para Desastres Naturais;

O presente ponto foi adiado, devido à impossibilidade de comparência da Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN).

8. Designação de relator do parecer da [Proposta de Lei n.º 66/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) – Certificação de imóveis de habitações económicas ou de



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

habitações de custos controlados - Procede à alteração do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro e da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro;

**Cabe ao GP BE
(6.ª CEOPPH em conexão)**

Face à impossibilidade de comparência da Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), o Senhor Presidente declarou que ficaria de confirmar a disponibilidade para a designação em causa.

- 9. Designação de relator do parecer da [Projeto de Lei n.º 684/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Devolução de verbas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) a fim de reduzir o preço dos prémios de seguro automóvel [Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto];
Cabe ao DURP L**

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) comunicou que seria o ele próprio o relator do parecer *supra*.

- 10. Designação de relator do parecer da [Projeto de Lei n.º 660/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Programa de regularização de dívidas com fins sociais;
**Cabe ao GP PS
(10.ª CTSSI em conexão)****

A Senhora Deputada Jamila Madeira (PS) comunicou que o relator seria designado até ao final do dia.

- 11. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE, para audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

O presente ponto foi adiado, devido à impossibilidade de comparência da Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE).

12. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou que não haveria reunião ordinária no dia seguinte, de acordo com o que ficara combinado previamente, tendo a ordem de trabalho ficado esgotada no presente encontro. Relembrou também a audição do Senhor Ministro das Finanças, aprazada para o dia 11 do presente mês, não sendo possível a sua marcação com mais antecedência devido à sua visita oficial a Angola, seguindo-se a audição da Autoridade da Concorrência, tendo sido encerrada a reunião.

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 19:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de abril de 2023.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Rui Afonso (CH)
João Cotrim Figueiredo (IL)
Duarte Alves (PCP)
Mariana Mortágua (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)
Rui Tavares (L)
Diogo Cunha (PS)
Hugo Carvalho (PS)
Carlos Eduardo Reis (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Anastácio (PS)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 92/XV/ 1.ª SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)

Hugo Costa (PS)

Patrícia Dantas (PSD)

Joana Lima (PS)